

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

Tamiris Carvalho

**ARQUIVOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL:
UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA**

Santa Maria, RS
2017

Tamiris Carvalho

ARQUIVOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquivologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Arquivologia**.

Orientador: Prof Ms. Jorge Alberto Soares Cruz

Santa Maria, RS
2017

Tamiris Carvalho

ARQUIVOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquivologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Aprovado em 28 de junho de 2017.

Jorge Alberto Soares Cruz, Ms. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Fernanda Kieling Pedrazzi Dr^a. (UFSM)

Gláucia Vieira Ramos Konrad Dr^a. (UFSM)

Santa Maria, RS
2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, força maior que permite a minha caminhada nessa vida terrena.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional, pela ajuda, pelas palavras de apoio nos momentos difíceis e por sempre acreditarem em mim. A minha irmã pelo carinho, apoio e por presentear nossas vidas com o Miguel.

Aos professores do Curso de Arquivologia (UFSM), os meus mais sinceros agradecimentos pelos ensinamentos, pela troca de conhecimento. Em especial ao meu orientador Prof. Jorge Alberto Soares Cruz, pelas orientações, pelo incentivo, pela amizade.

Aqueles que no princípio eram colegas, hoje amigos, Catiana, Tanise e João pelo apoio nos momentos difíceis, pelas risadas nos momentos de descontração, por todas as experiências que vivenciamos nesses três anos e meio que certamente nos tornaram pessoas melhores. Minha eterna gratidão pela amizade de vocês.

RESUMO

ARQUIVOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

AUTORA: Tamiris Carvalho

ORIENTADOR: Prof. Ms. Jorge Alberto Soares Cruz

Este trabalho apresenta um estudo sobre o entendimento de Patrimônio Cultural por parte dos acadêmicos do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Procura-se analisar o possível diálogo entre Arquivologia e Patrimônio Cultural e Documental. No decorrer do Curso de Arquivologia, identificou-se uma necessidade de aprofundamento sobre o tema. Por meio desse, busca-se ressaltar a importância dos arquivos permanentes como um patrimônio documental. Para tanto, realizou-se uma discussão teórica sobre Patrimônio Cultural e analisa-se como a Constituição Brasileira aborda tal tema entre 1934 – 1988. Também discutiu-se conceitos referentes à área da Arquivologia como o documento de arquivo, como um patrimônio documental. A metodologia utilizada foi uma pesquisa por meio de questionário enviado via *e-mail* para os acadêmicos do Curso de Arquivologia- UFSM, composto de 15 questões (múltipla escolha e dissertativas), que possibilitaram a coleta dos dados e, na sequência, a análise por meio de tabelas e gráficos. Os resultados obtidos demonstram haver uma discussão sobre patrimônio cultural entre os alunos do Curso de Arquivologia da UFSM acontecendo, porém superficial. Dessa forma, esse estudo propõe a criação de uma disciplina complementar de graduação ou grupo de estudo para os interessados em aprofundar os conhecimentos sobre o referido tema.

Palavras-chave: Curso de Arquivologia (UFSM). Patrimônio Cultural e Documental. Documento de Arquivo.

ABSTRACT

ARCHIVOLOGY AND CULTURAL HERITAGE: A NEEDED DISCUSSION.

AUTHOR: TAMIRIS CARVALHO

ADVISOR: Prof. Ms. JORGE ALBERTO SOARES CRUZ

This work presents a study about the understanding of cultural heritage by the archivology students of the Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). It seeks to analyze the possible dialogue between Archival and Cultural and Documentary Heritage. During the Course of Archivology, a need was identified for deepening on the subject. Through this, it is sought to emphasize the importance of permanent archives as a documentary heritage. For that, a theoretical discussion about Cultural Patrimony was carried out and it is analyzed how the Brazilian Constitution approaches this subject between 1934 - 1988. Also discussed concepts referring to the area of the Archivology as the archival document, as a documentary patrimony. The methodology used was a questionnaire survey sent by e-mail to the students of the Course of Archives - UFSM, composed of 15 questions (multiple choice and dissertations), which enabled the data collection and, subsequently, the analysis by Through tables and graphs. The results show that there is a discussion about cultural heritage among the students of the UFSM Course of Archival Sciences happening, however superficial. Thus, this study proposes the creation of a complementary undergraduate or study group for those interested in deepening the knowledge about this topic.

Keywords: Archivology course (UFSM). Cultural Heritage and Documentary. File Document.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Gênero	26
Gráfico 2: Faixa etária	27
Gráfico 3: Cidade onde nasceu	29
Gráfico 4: Estado civil.....	29
Gráfico 5: Como ficou sabendo do Curso	30
Gráfico 6: Já fez outro curso superior	31
Gráfico 7: Curso superior cursado.....	32
Gráfico 8: Ano de ingresso no Curso	33
Gráfico 9: Disciplina ou área que mais atraiu no curso.....	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Faixa Etária.....	26
Tabela 2: Cidade onde nasceu	28
Tabela 3: Como ficaram sabendo do curso	30
Tabela 4: Já fez outro curso superior.....	31
Tabela 5: Curso superior cursado	32
Tabela 6: Ano de ingresso no curso de Arquivologia (UFSM).....	33
Tabela 7: Disciplina ou área que mais atraiu no curso.....	34
Tabela 8: O que você entende por Patrimônio Cultural	36
Tabela 9: Exemplos de Patrimônio Cultural	39
Tabela 10: Você acredita que os documentos que se encontram em arquivos permanentes possam ser considerados "patrimônio documental"? Por quê? Justifique sua resposta.	41
Tabela 11: Disciplina que desenvolveu a temática sobre Patrimônio Cultural	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ICOMOS- Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

UFSM- Universidade Federal de Santa Maria

USM – Universidade de Santa Maria

CTG – Centro de Tradições Gaúchas

CCSH – Centro de Ciências Sociais e Humanas

NR – Não respondeu

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1 O documento de arquivo como patrimônio documental e cultural.....	17
3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA E O CURSO DE ARQUIVOLOGIA	20
4 METODOLOGIA.....	24
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	26
5.1- Patrimônio Cultural: o entendimento dos acadêmicos.	36
6 CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICE	50
ÂPENDICE A: Questionário aplicado nos acadêmicos do curso de arquivologia/UFSM...	51

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, intitulada “Arquivologia e Patrimônio Cultural: uma discussão necessária” objetiva identificar se ocorre o diálogo entre Arquivologia e Patrimônio Cultural no Curso de Arquivologia/UFSM. E também contextualizar o percurso do conceito de Patrimônio Cultural. Por fim investigar o entendimento dos (as) acadêmicas (as) do Curso de Arquivologia acerca do tema, pois o tema patrimônio está relacionado à inúmeras áreas do conhecimento, como Arquivologia, História, Arquitetura, Urbanismo, Turismo, dentre outras.

Neste contexto, percebeu-se durante a graduação em Arquivologia¹ na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) a necessidade de uma disciplina que tratasse deste tema com maior profundidade em sala de aula, levando em consideração que os arquivos permanentes são patrimônios documentais de uma empresa, instituição ou de uma população localizada em um espaço geográfico específico. Dessa forma, a discussão está centrada no conceito de Patrimônio Cultural e as transformações, ocorridas ao longo do tempo. Também, importa-se com a verificação da ocorrência do diálogo entre Arquivologia e Patrimônio Cultural e Documental no curso de Arquivologia UFSM. Para tanto, a coleta de dados foi feita através de um questionário aplicado aos acadêmicos do curso de Arquivologia da UFSM.

Compreende-se que, quando se referir a Patrimônio Cultural, inserindo-se o Patrimônio Documental e não só os bens culturais móveis e imóveis. Conforme Bellotto, “o conceito de bem cultural é um conceito envolvente e atento às múltiplas manifestações do fazer do homem e de todas as condições que estão em torno do seu fazer” (2007, p. 277). Nesse sentido, os documentos de arquivo são Patrimônios Documentais, pois são produzidos por uma entidade pública ou privada no transcurso das suas funções. Esta investigação é proposta objetivando despertar o interesse dos futuros arquivistas da importância do Patrimônio Documental, provocando discussões sobre essa temática, visto que pode também se tornar objeto de pesquisa dos mesmos.

Além desta breve introdução, o trabalho está estruturado em cinco partes. Inicialmente, apresenta-se o referencial teórico tratando de autores que discutem a temática Patrimônio Cultural, com ênfase em Patrimônio Documental, juntamente com pesquisadores que abordam questões específicas da Arquivologia como definição de documento de arquivo, valor do documento de arquivo e documentos permanentes que podem ser compreendidos como Patrimônio Documental. A partir disso, realiza-se um histórico do Curso de

¹ A autora iniciou a graduação em Arquivologia na UFSM em 2014.

Arquivologia, para que seja entendido o *locus* onde os acadêmicos estão inseridos. Em seguida, explica-se o método de pesquisa que foi desenvolvido para atingir os objetivos. Para finalizar apresenta-se análise dos dados coletados e a conclusão. O Apêndice traz o instrumento de coleta de dados, apresentado após as Referências.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para dissertar sobre o tema, torna-se necessário responder ao seguinte questionamento: O que é Patrimônio Cultural? A resposta para esta indagação está pautada em uma retomada histórica sobre a temática. Percebe-se que esta questão vem ganhando visibilidade, o que possibilita afirmar que existe certa preocupação por parte de autoridades e estudiosos do tema no que deve ser preservado como Patrimônio Cultural.

Nem sempre essa preocupação esteve presente nas discussões, nos meios acadêmicos, nas mídias (LEMOS, 1981). Quando se faz uma referência a Patrimônio Cultural, vem ao pensamento as construções antigas, que recebem o nome de “Patrimônio Artístico ou Patrimônio Histórico”, mas, na verdade, “essa expressão usual nos remete apenas, para um segmento de um acervo maior, que é o chamado “Patrimônio Cultural de uma nação ou de um povo” (LEMOS, 1981 p. 07).

O conceito de patrimônio surgiu no âmbito privado do direito de propriedade, através de valores aristocráticos, onde a transmissão de bens acontecia no seio da elite romana e não havia a consciência de patrimônio público (LEMOS, 1981). Etimologicamente, a palavra “patrimônio” origina-se do latim *patrimonium*, que fazia referências a tudo que pertencia ao pai, *pater* (FUNARI & PELEGRINI, 2006). O termo estava relacionado aos bens herdados de geração em geração, sejam bens materiais, costumes e sabedorias adquiridas.

Com a disseminação do Cristianismo e o predomínio da Igreja, ao caráter aristocrático do patrimônio, acrescentou-se o religioso coletivo carregado de simbologias. O culto aos santos e a valorização das relíquias deram às pessoas comuns um sentido de patrimônio muito próprio e que está muito presente entre nós: valorização dos objetos e dos lugares (FUNARI & PELEGRINI, 2006). Com o surgimento dos Estados Nacionais é que aparecem as primeiras ideias sobre patrimônio no sentido contemporâneo, havendo o rompimento com as suas bases aristocráticas e passando de uma concepção individual para a coletividade.

No contexto internacional, Fonseca (1997) aponta que, a partir do final do século XVIII, surge certa preocupação dos governos em preservar determinados bens que simbolizassem a ideia de nação. Outro importante marco internacional na preservação do patrimônio cultural foi a Carta de Atenas, publicada em 1931, o que despertou nos legisladores

brasileiros a preocupação em elaborar leis que objetivassem a preservação de monumentos históricos no país.

Para Santos Junior (2005), no Brasil², a repercussão da Carta de Atenas provocou o surgimento na Constituição de 1934, de um artigo com o objetivo de proteger objetos de interesse histórico, patrimonial e artístico do país “Art. 148 - Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual. (BRASIL, 1934).

Percebe-se neste artigo a falta de clareza em relação ao que deve ser protegido, preservado, pois não deixa claro quais são os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país. O Decreto Lei N°25 de 1937, conhecido como Lei de Tombamento, em seu Artigo Primeiro, estabelece de forma genérica o que deve constituir o patrimônio histórico e artístico do Brasil.

Já na Constituição de 1937, aparece um Artigo definindo o que é Patrimônio Cultural “art. 134 - Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional”.

Observa-se que a definição de Patrimônio Cultural englobava o conjunto de bens móveis e imóveis e a sua conservação seria de interesse público, por sua vinculação com fatos “memoráveis” da história do Brasil.

A Carta de 1937 não cita os documentos como parte do Patrimônio Cultural, o que só surge, pela primeira vez, no Artigo 175, Capítulo II, da Constituição de 1946 “as obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza devem ficar sob a proteção do Poder Público” (BRASIL, 1946).

Novamente, os documentos surgem como bens patrimoniais em 1969, na emenda a Carta de 1967, declarando que os documentos estão sob a proteção do Estado.

TÍTULO IV
DA FAMÍLIA, DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA,
Art. 180. O amparo à cultura é dever do Estado.

² A partir da nova Constituição Federal de 1934, houve a criação, em 1937, do instituto SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Idealizado pelos intelectuais modernistas, como Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade, dentre outros, e sob a Direção-Geral de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, foram instituídos e elaborados os conceitos de patrimônio, que se tornaram dominantes no Brasil, inclusive sendo adotados pelo Estado. O objetivo dos modernistas era criar uma identidade nacional, e como ponto de partida eles optaram pelas cidades coloniais mineiras. (FONSECA, 2008, p.5)

Parágrafo único. Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas.

Porém, percebe-se que a ideia de documento é vaga. Não há uma definição de que os documentos devessem ser preservados, pois sabe-se que não se pode “guardar” tudo. Em relação a este parágrafo da Constituição, Heloisa Bellotto faz a seguinte indagação: “inserir-se aqui todos os documentos produzidos, todos os acervos atuais das bibliotecas brasileiras?” (2007, p. 276).

A partir de 1985, com a Declaração do México, resultante da Conferência Mundial sobre as Políticas Públicas, o entendimento de Patrimônio Cultural é que o mesmo constituísse ao longo da História e se manifestasse através da preservação, num contexto sociocultural. Na Declaração do México, Patrimônio Cultural é entendido como:

[...] as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte, os arquivos e bibliotecas. (ICOMOS, 1985, p. 04).

A Declaração aponta ainda que “a preservação e o apreço do patrimônio cultural permitem, portanto, aos povos defender a sua soberania e independência e, por conseguinte, afirmar e promover a sua identidade cultural” (ICOMOS, 1985, p. 04).

Na atual Constituição Brasileira datada de outubro de 1988, em seu artigo 216, estabelece que o Patrimônio Cultural devará ser entendido como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. No mesmo artigo, são elencados os bens que integram o patrimônio, são eles:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Na Constituição de 1988 pela primeira vez é citado o termo Patrimônio Cultural e elencado que os documentos são considerados parte deste. Importante salientar que surgiu uma nova concepção de patrimônio, chamado imaterial ou intangível que refere-se a lugares, festas, religiões, música, dança, culinária entre outras manifestações.

Nota-se que, ao definir Patrimônio Cultural, a Constituição de 1988 aponta dois termos relevantes: identidade e memória. A identidade nacional de um povo deve sempre ser pensada como uma construção. Nesse sentido, como aponta Benedict Anderson (2008), as identidades seriam discursos construídos, imaginados. Nessa discussão de identidade ganha destaque, também, o conceito de representação que segundo Chartier “as representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas” (2002, p. 17). As representações ligadas ao termo patrimônio devem ser pensadas como representações construídas sem neutralidade.

Quando se discute sobre o tema identidade precisa-se mencionar a memória. Rossi (2010) salienta que “o mundo em que vivemos há muito tempo está cheio de lugares nos quais estão presentes imagens que têm a função de trazer alguma coisa à memória” (2010, p. 23). Ao nos depararmos com algum monumento, por exemplo, alguma mensagem ele nos passa: algo que não deve ser esquecido, e sim lembrado.

Lena Pinheiro e Marcus Granato (2012), citando Munõs Vivãz (2005), complementam a ideia acima sobre Patrimônio Cultural, arraigado de identidade ao afirmarem que “são bens que se destacam dos demais por um processo de significação, que se formaliza quando da escolha para que façam parte deste conjunto” (2012, p. 24). No entendimento de Pinheiro e Granato, (2012, p. 24-25) “os objetos de interesse de preservação têm, portanto, em comum sua natureza simbólica, todos são símbolos e todos têm um potencial de comunicação, seja de significados sociais, seja de sentimentos”.

Nesse processo de significação, estamos diariamente “produzindo e colecionando objetos de produção de sentidos, que, certamente não resistirão ao tempo, não somente para atender tendências nostálgicas, ou de saudades” (OLIVEIRA & MELLO, 2012, p. 55). Assim, “guardar” “[...] os museus, os arquivos, as bibliotecas em certa medida, nascem para dar conta do não esquecimento, para a preservação da memória, inclusive numa dimensão coletiva [...]” (OLIVEIRA & MELLO, 2012, p. 56).

Atualmente, o conceito de Patrimônio Cultural não está restrito apenas aos bens materiais, de “pedra e cal” identificados principalmente pelos monumentos e edifícios de valor histórico e artístico, muitas vezes tomados pelo poder público. Em se tratando da tutela preservacionista, percebemos que recai sobre os bens culturais ligados aos setores dominantes da sociedade, na tentativa de forjar uma identidade homogênea e unívoca para o país e “esquece-se” da cultura dos negros e dos índios (BRASIL, 2013).

A partir da década de 1980, com a emergência dos movimentos sociais populares no cenário político nacional, ocorreu uma renovação da historiografia brasileira trazendo os

“excluídos da história oficial”. Com isso, a política preservacionista passou a dar atenção aos bens e valores de outros segmentos sociais e minorias étnico-culturais.

Dessa forma, ampliando, então, esse conceito de Patrimônio Cultural, procura-se romper com o pensamento elitista de considerar objeto de preservação apenas as manifestações e bens da classe dominantes, ao incluir os diferentes grupos sociais formadores da sociedade brasileira (negros, índios, brancos).

2.1 O documento de arquivo como Patrimônio Documental e Cultural.

Para abordar o tema Patrimônio Documental é preciso entender o que é um documento arquivístico. Os arquivos são “o conjunto de documentos de qualquer natureza, reunidos orgânica e automaticamente por um corpo administrativo, uma pessoa física ou jurídica, em razão das suas funções ou de sua atividade” (DUCHEIN, 1982, p. 17). Os arquivos são compostos pelos documentos fruto das atividades desenvolvidas por uma instituição ou por pessoa física.

Diferentemente das coleções que são a união de peças heterogêneas, o documento de arquivo necessita de uma relação orgânica com os demais documentos. Ele está dentro de um processo funcional do qual se constitui, por si mesmo, num elemento; por menor que seja, “o documento de arquivo jamais é concebido, de início, como um elemento isolado” (DUCHEIN, 1982, p 17). Quando os documentos são classificados como permanentes, os mesmos são recolhidos para os arquivos permanentes e devem ser acondicionados em locais adequados, visto que possuem valor de prova e testemunho da história.

Bellotto (2014, p.58) salienta que “[...] a função primordial dos arquivos permanentes ou históricos é de recolher e tratar os documentos públicos após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados”, dessa forma “são eles os responsáveis pela passagem desses documentos da sua condição de ‘arsenal da administração’ para a de celeiro da história” (BELLOTTO, 2014, p. 58). Dessa maneira, os documentos de arquivo permanente podem servir como fontes de pesquisas para inúmeros pesquisadores. Portanto, devemos sempre ter um cuidado com esses documentos, pois a partir deles poderemos compreender a nossa sociedade e ainda mais a nossa memória histórico-social.

Para Bellotto, “as funções básicas dos arquivos é reunir, organizar, conservar e tornar acessíveis as informações contidas nos documentos que deles fazem parte” (2014, p. 133). Mas, além das funções principais, o arquivo pode “agregar funções secundárias ou paralelas,

relacionadas com sua aproximação ao público em geral, e não somente aos administradores, juristas e historiadores” (2014, p. 133).

Bellotto coloca que o arquivo deve aproximar-se da sociedade e desenvolver a cidadania, despertando a curiosidade em conhecer a “sua identidade cultural, com seu patrimônio histórico” (2014, p.133). Com isso, “a proximidade da população com os arquivos permite que os cidadãos conheçam a sua própria história, da sua família, da sua cidade. É uma forma de buscar a sua identidade, que está ligada a cidadania, a memória” (BELLOTTO, 2014, p. 133).

A documentação que forma os fundos³ arquivísticos e os demais bens culturais, produzidos no decorrer da evolução de determinada comunidade, constitui o patrimônio cultural dessa mesma comunidade. Nesse sentido

a preservação do patrimônio cultural significa a preservação da memória de toda uma sociedade que tenha produzido e acumulado aquele patrimônio, que é soma de todos os saberes, fazeres, comportamentos e experiências que, a partir dos seus objetos, registros e produtos concretos, foram produzidos no evoluir da sociedade (BELLOTTO, 2014, p. 135).

Esse “conjunto de documentos de caráter permanente, dentro de uma sociedade, vem a constituir o seu patrimônio cultural” (BELLOTTO, 2014, p. 136). O Patrimônio Documental seria o referente aos acervos dos arquivos permanentes/históricos, sendo parte bastante significativa do patrimônio histórico. Conforme Bellotto,

[...] fazem parte do patrimônio documental os que já cumpriram a sua função imediata, ligada à razão pela qual foram gerados, que já não tramitam mais; que já passaram pelo arquivo corrente e que já foram submetidos às tabelas de temporalidade pelas quais foram avaliados como de valor permanente, pela densidade de seu valor informativo testemunhal, tanto para a história institucional da entidade que os produziu/recebeu/acumulou, como para a sociedade, em cujo contexto viveu e atuou aquela instituição. Esses documentos formam conjuntos que, reunidos nos arquivos permanentes também chamados históricos, vêm a constituir o patrimônio documental institucional, municipal, estadual ou nacional (2014, p.137).

³Fundo de arquivo é o “conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas [...]” (BELLOTTO, 2007, p. 128). Portanto, os documentos de um conjunto documental não devem ser mesclados com os de outra instituição, mesmo que estes, por quaisquer razões, lhe seja afim. Para que possamos definir fundo de arquivo, devemos seguir as seguintes prerrogativas, “um organismo sendo público ou privado, deve possuir um nome e uma existência jurídica próprias resultantes de um ato (lei, decreto, portaria), ele deve possuir atribuições precisas e estáveis, definidos por um texto com valor legal ou regulamentar, a sua posição no seio da hierarquia deve ser definida com exatidão através do ato que lhe deu origem [...], deve ter um chefe responsável [...], e a sua organização interna deve, tanto quanto possível, ser conhecida e fixada num organograma” (DUCHEIN, 1982, p. 93).

As instituições que geraram esses documentos ou os arquivos públicos/estaduais/municipais que são responsáveis pela documentação permanente “deverão desenvolver políticas adequadas, sobretudo para que a sociedade tenha dele, o pertinente desfrute e aproveitamento, em termos de cultura e de consciência da cidadania” (BELLOTTO, 2014, p. 137).

Bellotto⁴ estabelece como critério a idade de 25 a 30 anos para que um documento possa a ser considerado histórico, portanto de valor permanente. Acredita-se que esses critérios estabelecidos pela a autora estejam equivocados, pois existem documentos que já nascem históricos/permanentes. Por outro lado, conforme pode ser constatado na literatura arquivística os prazos de guarda dos documentos são definidos através da avaliação e das Tabelas de Temporalidade que definirão por quanto tempo o mesmo deve ser mantido nos arquivos correntes e intermediários ou se devem ser de guarda permanente. Sendo assim, não se pode afirmar que documentos permanentes são aqueles em idade acima de 25 anos.

O arquivo, na sua missão de preservar e conservar a documentação de valor patrimonial, é fonte de informação e conhecimento que proporciona a gestão adequada do Patrimônio Documental e iconográfico relativo à memória de uma nação. Sendo assim, para que tenhamos os arquivos disponíveis para o acesso do público é necessário “preservar os acervos arquivísticos, é necessário organizá-los e preservá-los para servir de referência, de informação, prova, testemunho e fonte de pesquisa” (TOUTAIN, 2012, p.18).

⁴ Essa colocação refere-se a legislação vigente no país, estado ou município. A mesma foi feita pela autora na primeira edição do livro Arquivos permanentes: tratamento documental em 1988.

3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA E O CURSO DE ARQUIVOLOGIA

Para que possamos conhecer o *locus* da pesquisa, inicialmente precisa-se compreender a instituição em que o curso de Arquivologia está inserido, neste caso a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

A UFSM⁵ foi criada pela Lei N° 3834-C de 14 dezembro de 1960, sendo instalada em 18 de março de 1961. É uma Instituição federal de Ensino Superior constituída como uma Autarquia Especial vinculada ao Ministério da Educação.

Inicialmente, ela era conhecida como Universidade de Santa Maria (USM) e teve como idealizador o professor José Mariano da Rocha Filho. Os primeiros cursos instalados funcionavam na estrutura de faculdades que foram instaladas em 13 de março de 1961 tendo seu primeiro estatuto aprovado em 1962 (BARICHELLO, 2012). Somente a Lei N°4759 de 20 de agosto de 1965 tornou a instituição uma universidade federal, passando a se chamar Universidade Federal de Santa Maria.

De 1962 a 1970, o sistema organizacional da Universidade era formado por faculdades independentes umas das outras. A reestruturação da UFSM foi aprovada pelo Decreto N°6619 de 6 de fevereiro de 1970. Dessa forma as faculdades e institutos foram substituídos por oito unidades de ensino, uma de estudos básicos e sete de formação profissional; também são instituídos novos órgãos, além dos existentes e outros foram transformados (CASTANHO, GARCIA, SILVA, 2006). Assim, formaram-se os Centros de Ensino, como o Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativa, que reunia os cursos de Arquivologia, Comunicação Social e História (CASTANHO, GARCIA, SILVA, 2006).

Em 1978 a estrutura administrativa da instituição passa por uma nova reestruturação, ocasião em que o Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas tem seu nome alterado para Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM, pela Resolução N° 12/78/UFSM. Apesar das alterações na estrutura da unidade, o sistema organizacional não mudou, pois a UFSM continuou constituída por cursos e departamentos vinculados aos centros de ensino. No entanto, em 1989, o CCSH implantou experimentalmente por dois anos, uma nova estrutura básica, aprovada pelo Parecer n° 38/89 e Resolução N° 051/89/UFSM. A experiência implantada, neste centro, continuou até 31 de dezembro de 1996, considerando as

⁵ BARICHELLO, Eugenia M. da Rocha. **Os 50 anos da Nova Universidade**. Santa Maria, RS: Ed. da UFSM, 2012.

prorrogações aprovadas, sendo encerrada pela Resolução Nº 001/97/UFSM, quando o Centro volta a funcionar através de sua estrutura anterior ao período de reestruturação.

O Curso de Arquivologia da UFSM foi criado em 10 de agosto de 1976, pelo Parecer nº179/76 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. A instalação deu-se em março de 1977 quando oferecia 25 vagas anuais e quatro habilitações: Arquivos Empresariais, Arquivos Escolares, Arquivos Históricos e Arquivos Médicos (CASTANHO, RICHTER, GARCIA, 2002).

O início das atividades foi marcado pelo ato solene de inauguração do curso em abril de 1977, onde o professor José Pedro Pinto Esposel proferiu a aula inaugural. Através da Lei nº 6546 e do Nº Decreto 82590 de novembro de 1978, foi regulamentada a profissão de arquivista. Em 1981 o Ministério da Educação e Cultura (MEC) reconheceu o Curso de Arquivologia da UFSM (CASTANHO, RICHTER, GARCIA, 2002).

Professores de diferentes departamentos da UFSM e convidados de outras instituições contribuíram para o funcionamento inicial do Curso de Arquivologia, pois naquele momento não havia sido criado um departamento, onde estariam alocados os professores para ministrar as disciplinas (CASTANHO, RICHTER, GARCIA, 2002). O Departamento de Documentação foi criado em 1978, através da Resolução nº 001/78, “com o objetivo de alocar as disciplinas técnicas profissionalizantes para atender especialmente o Curso de Arquivologia” (CASTANHO, RICHTER, GARCIA, 2002, p.30). Em sua primeira versão o Curso, dava ênfase ao binômio Administração e História.

A primeira reforma curricular foi em 1980 devido à necessidade de adequar-se a realidade do mercado de trabalho “o enfoque voltava-se mais para a administração de arquivos correntes e a gestão de documentos” (CASTANHO, RICHTER, GARCIA, 2002, p. 31).

Em 1984 começou um novo estudo para reformulação do currículo que somente foi aprovado em 1994. Este último currículo ficou em vigor por dez anos e previa a formação do arquivista com um total de 2160 horas em disciplinas obrigatórias e 225 horas em atividades complementares de graduação (CASTANHO, RICHTER, GARCIA, 2002).

No ano de 2004 entrou em vigor o atual currículo, onde a carga horária total é de 2550 horas. Dessa forma, o acadêmico deve cumprir 2070 horas em disciplinas obrigatórias, 180 horas em Atividades Complementares de Graduação (ACG) e 300 horas de Disciplinas Complementares de Graduação (DCG). As disciplinas devem ser cumpridas em sete semestres e no máximo dez.

As Atividades Complementares de Graduação são atividades extracurriculares, tais como: participação em evento, atividades de extensão, atividades de iniciação científica e de pesquisa, publicação de trabalhos, participação em órgãos colegiados e monitoria.

O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) conta com 120 horas-aula onde o acadêmico precisa desenvolver um trabalho individual de caráter científico, em que aborde algum tema relacionado à área da Arquivologia. O Estágio Supervisionado em Arquivologia conta com 225 horas-aula, onde o acadêmico aplica os conhecimentos teórico-práticos adquiridos no decorrer do curso. Propõe soluções para os problemas detectados com base nos princípios e técnicas arquivísticas. Ambas as disciplinas são desenvolvidas no último semestre.

No que se refere às aulas práticas, o Curso de Arquivologia conta com a estrutura física de laboratórios: Laboratório de Arranjo, Descrição e Memória⁶, Laboratório de Documentos Digitais, Laboratório de Fotografia, Laboratório de Reprografia e Microfilmagem, Laboratório de Restauração de Documentos⁷ e Laboratório de Paleografia⁸.

O Curso de Arquivologia está destinado a formar profissionais da informação, bacharéis em Arquivologia, “capazes de implementar sistemas de gestão da informação arquivística no universo de atuação que a lei e a praxe lhe concedem” (CASTANHO, RICHTER, GARCIA, 2002, p. 33). O arquivista deve estar apto para desenvolver atividades

⁶ “O Laboratório de Arranjo, Descrição e Memória é um Laboratório didático do Departamento de Documentação que atende às atividades do Curso de Arquivologia voltadas, especialmente, para a promoção do ensino, da pesquisa e da extensão no que se refere ao tratamento de Documentos de caráter Histórico. Além disso, este laboratório é responsável pela custódia, tratamento e disponibilização dos arquivos permanentes do Departamento de Documentação, do Curso de Arquivologia e do Fundo Fechado Faculdade de Arquivologia. Dentro do acervo do Curso de Arquivologia, destaca-se o conjunto de Trabalhos de Conclusão de Curso e os Relatórios de Estágio Supervisionado que são constantemente consultados pelos alunos de graduação como fonte de pesquisa”. Equipe: Coordenadora - Profa. Ms. Rosani Beatriz Pivetta da Silva. Arquivista - Dr. Raone Somavilla”. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/arquivologia/index.php/o-curso/laboratorios?layout=edit&id=31> Acesso em 13 de fev. 2017.

⁷ “O Laboratório de Restauração de Documentos tem como objetivo promover atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de conservação e restauração de documentos, desenvolvendo diversos projetos junto à pessoas físicas, instituições públicas e privadas voltados para a preservação do patrimônio documental. Equipe: Coordenadora - Prof. Ms. Sônia Elisabete Constante. Arquivista - Dr. Raone Somavilla”. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/arquivologia/index.php/o-curso/laboratorios?layout=edit&id=32>. Acesso em 13 fev 2017.

⁸ O Laboratório de Paleografia do Departamento de Documentação do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria foi criado em 23 de março de 2016 pelo Colegiado Departamental com o objetivo de reunir e atender as demandas acadêmicas do Curso de Arquivologia na área de paleografia, atentando para o tripé ensino, pesquisa e extensão da UFSM, ampliando a atuação da área junto aos estudantes de cursos do CESH/UFSM interessados na temática como também junto à comunidade externa. No dia 1º de abril de 2016, o Laboratório recebeu da família da Professora Eneida Izabel Schirmer Richter, que foi professora do Departamento de Documentação, doação de parte de seu acervo, incluindo livros, materiais didáticos e manuscritos reunidos pela professora ao longo de sua trajetória acadêmica. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/arquivologia/index.php/o-curso/laboratorios?layout=edit&id=30> Acesso em: 13 de fev. 2017.

técnicas e científicas, produzir e difundir o conhecimento, buscar aprimoramento contínuo no meio em que está inserido buscando inter- relações com a sociedade.

O Curso está localizado no Prédio 74-A, *campus* Camobi, UFSM, e integra o Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH). Os professores do Curso de Arquivologia estão lotados no Departamento de Documentação, sendo nove professores graduados em Arquivologia e um na área de Ciência da Informação. Mas conta também com professores de outros departamentos sendo eles História, Administração, Ciências Contábeis, Psicologia, Estatística e Direito. A coordenação do curso esta composta por dois docentes que exercem a função de coordenador e vice. O Curso é presencial, diurno, e o ingresso de novos discentes ocorre de forma única no primeiro semestre letivo quando são disponibilizadas 30 vagas.

4 METODOLOGIA

Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, na qual foram utilizados livros, artigos, dissertações e teses sobre o tema pesquisado que abordem questões relacionadas aos Patrimônio Cultural e Documental e ao Curso de Arquivologia. A partir disso, foi realizada uma análise tanto qualitativa quanto quantitativa, baseada em informações coletadas por meio de um questionário estruturado com perguntas claras e objetivas, para que possamos compreender o entendimento que os acadêmicos do Curso de Arquivologia da UFSM possuem a respeito de Patrimônio Cultural e se os documentos de arquivo permanente podem ser considerados como Patrimônio Documental. Os questionários foram enviados via *e-mail*⁹ para os acadêmicos que tiveram o prazo de um mês para responder.

Conforme Silva (2001), o questionário,

é uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante. O questionário deve ser objetivo, limitado em extensão e estar acompanhado de instruções. As instruções deve esclarecer o propósito de sua aplicação, ressaltar a importância da colaboração do informante e facilitar o preenchimento (2001, p. 33).

A autora aponta que as perguntas podem ser abertas, fechadas ou de múltipla escolha. A mesma ainda destaca que o questionário deverá ser construído em blocos, obedecendo a uma ordem lógica, com linguagem compreensível e acessível ao entendimento da população estudada.

Com base nas instruções proposta por Silva (2001), o questionário¹⁰ foi encaminhado por *e-mail* aos acadêmicos do Curso de Arquivologia (UFSM), totalizando 82 questionários e respondidos somente 37.

O formulário elaborado contou com perguntas de múltipla escolha e questões nas quais os acadêmicos tiveram que desenvolver uma resposta a partir do seu entendimento sobre Patrimônio Cultural.

Para Marconi e Lakatos (2007, p.15), a pesquisa “é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para se descobrir verdades parciais”. Segundo as autoras a finalidade da pesquisa é para descobrir respostas para as questões levantadas, para validar as

⁹ Com a autorização da Coordenação do Curso de Arquivologia tivemos acesso aos *e-mails* dos acadêmicos. A autorização foi enviada em setembro de 2016.

¹⁰ O questionário foi enviado no mês de outubro de 2016.

hipóteses ou para refutá-las. Nesse sentido a pesquisa parte de uma teoria que funciona como ponto de partida para a investigação e serve para conceituar os fatos observados e comprovados.

Conforme Gil (1999, p. 42), a pesquisa é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. Nesse sentido, a análise dos questionários permitiu que conheça-se o perfil do acadêmico do Curso de Arquivologia e para que possamos perceber o seu entendimento sobre Patrimônio Cultural.

Segundo Creswell (2010), a análise dos dados é um processo constante que faz com que o pesquisador reflita constantemente sobre os dados coletados. Para Gil (1999), a análise dos dados sistematizados permite analisar e sumarizar os dados de forma a possibilitar o fornecimento de respostas ao problema proposto na pesquisa.

Gil (1999) afirma que as respostas obtidas são sempre variadas e, para que possam ser analisadas de forma adequada, torna-se necessário organizá-las. Os dados obtidos por meio de questionário foram tabulados e analisados estatisticamente.

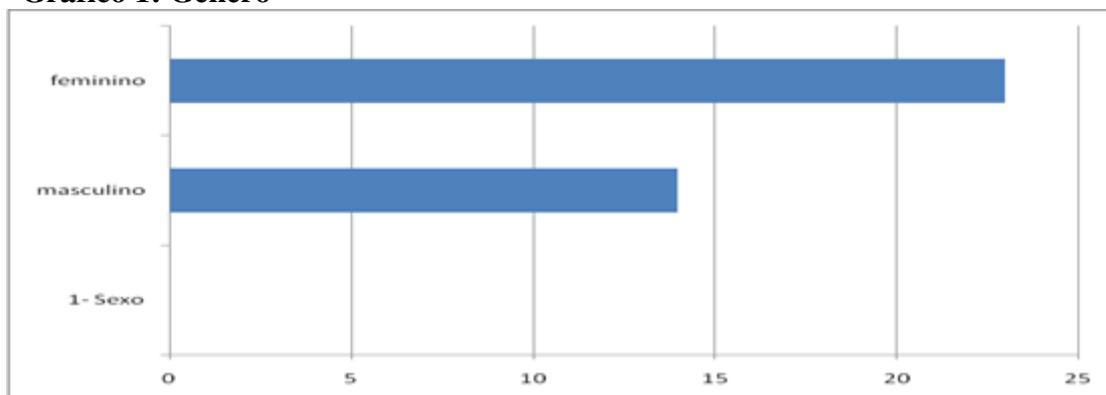
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esse capítulo faz a apresentação e aponta a análise dos dados coletados por meio de um questionário composto de quatorze questões divididas em dois blocos. Dessa forma, buscou-se compreender o que o acadêmico entende sobre Patrimônio Cultural e se há o entendimento que os documentos permanentes possam ser considerados como Patrimônio Documental. Foram encaminhados aos acadêmicos do Curso de Arquivologia questionários via *e-mail*, obtivendo um total de 37 respostas.

Na busca de conhecer os acadêmicos foram apresentadas cinco questões referentes a gênero, faixa etária, cidade de origem e estado civil. Esses dados compõem a primeira parte da análise (ver Apêndice).

O resultado da investigação mostra que, dentre os respondentes, a maior parcela de acadêmicos são do sexo feminino (62%), enquanto o gênero masculino contabilizou de 14 pessoas (38%), conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Gênero



Fonte: elaboração própria

Procurando um melhor conhecimento do perfil dos acadêmicos do curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria, realizou-se o levantamento da faixa etária dos mesmos. Ele pode ser visto na Tabela 1.

Tabela 1: Faixa Etária

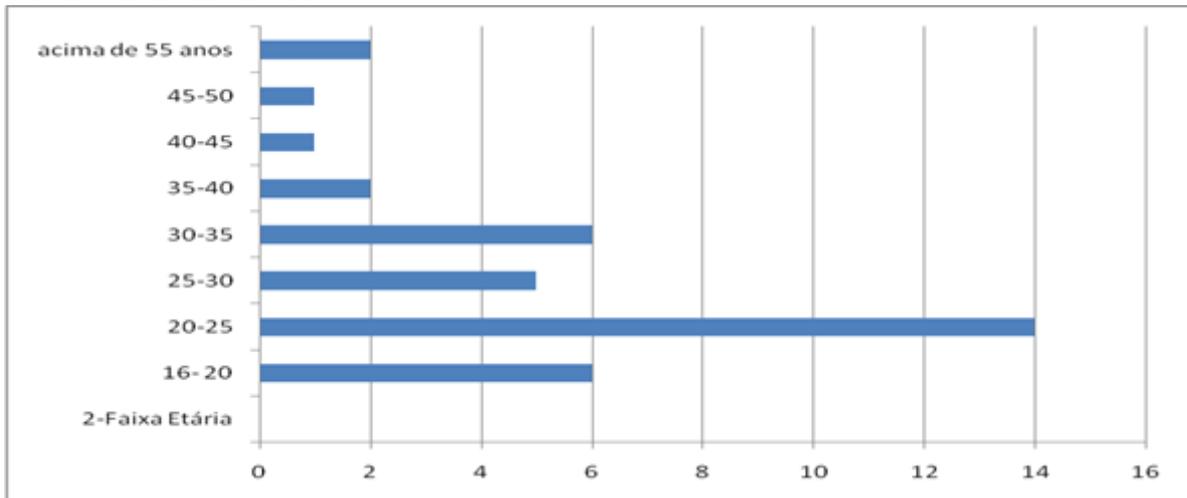
Idade	Indivíduos	Percentual
16 a 20 anos	6	17%
20 a 25 anos	14	38%

25 a 30 anos	5	14%
30 a 35 anos	6	17%
35 a 40 anos	2	5%
40 a 45 anos	1	2%
45 a 50 anos	1	2%
Acima de 55 anos	2	5%
Total	37	100%

Fonte: elaboração própria

Analisando o resultado, percebemos que a maioria dos acadêmicos que responderam ao questionário está na faixa etária de 20 a 25 anos de idade, perfazendo um total de trinta e oito por cento (38%). A faixa etária de 16 a 20 anos e 30 a 35 anos perfazem um total de 17%. De 25 a 30 anos somam 14%. A faixa etária de 45 a 50 anos e acima de 55, perfazendo um total de 5% e de 45 a 50 anos representam 2%, como pode ser observado no Gráfico 2. Os dados apontam que os acadêmicos ingressam muito jovens na Universidade. Não podemos afirmar, mas alguns destes concluíram o Ensino Médio e já ingressaram no Ensino Superior. Entretanto, alguns, já são formados e reingressaram no Ensino Superior novamente.

Outros, estudantes ainda, iniciaram alguma outra graduação, cursaram alguns semestres e acabaram desistindo e/ou tentaram outro curso. Nos deparamos, também, com acadêmicos que talvez não tivesse a oportunidade de ingressar em um curso superior logo que saíram do Ensino Médio devido a necessidade de ingressarem no Mercado de Trabalho. Isto observa-se pelo contexto das pessoas que nasceram na década de 1960 e 1970, pois sabemos que não era tão simples ingressar em uma universidade ou faculdade, mas que agora estão tendo essa oportunidade.

Gráfico 2: Faixa Etária

Fonte: elaboração própria

A Tabela 2 apresenta as cidades de origem dos acadêmicos do curso de Arquivologia que responderam ao questionário.

Tabela 2: Cidade onde nasceu

Cidade onde nasceu	Indivíduos
Agudo	2
Arroio do Tigre	1
Brasília	1
Cruz Alta	1
Dom Pedrito	1
Guaíba	1
Ijuí	1
Ivorá	1
Júlio de Castilhos	2
Palmeira das Missões	1
Passo Fundo	1
Pinhal Grande	2
Porto Alegre	1
Recife	1
Santa Maria	9
Santiago	2

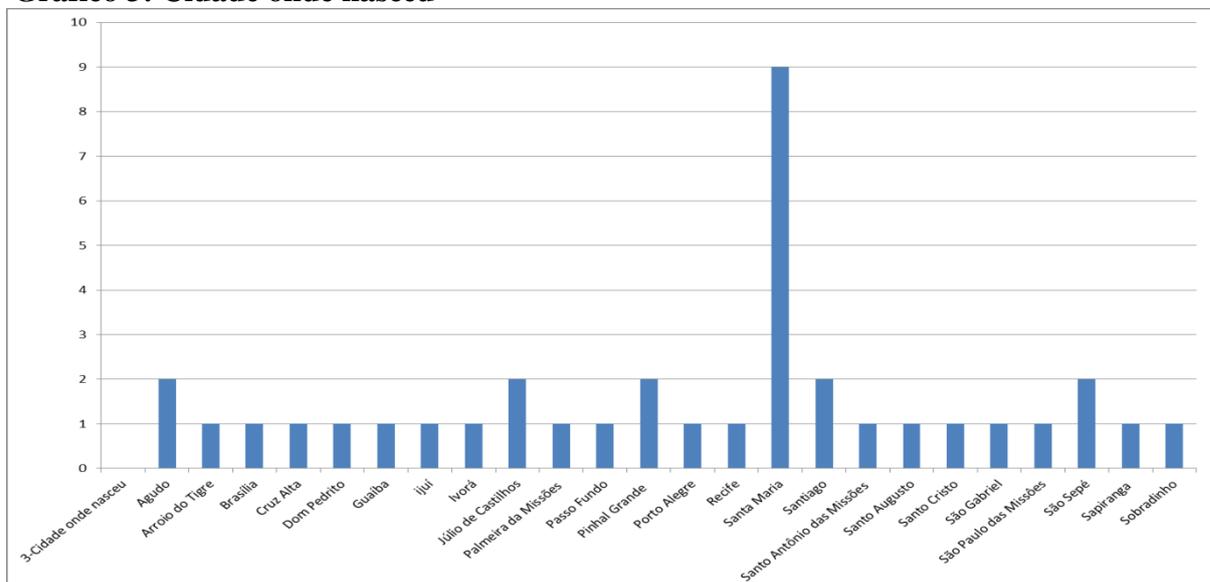
Santo Antônio das Missões	1
Santo Augusto	1
Santo Cristo	1
São Gabriel	1
São Paulo das Missões	1
São Sepé	2
Sapiranga	1
Sobradinho	1

Fonte: elaboração própria

Analisando os resultados, percebeu-se que 76% dos respondentes são oriundos de outros municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Os nascidos em Santa Maria correspondem a 24%, conforme o Gráfico 3. Constatou-se que boa parte dos acadêmicos nasceram em outros municípios; porém com os dados levantados não é possível afirmar se os mesmos vieram para Santa Maria para estudar ou já moravam aqui antes de ingressarem no curso de Arquivologia.

Através da convivência diária pode-se afirmar que um bom número de acadêmicos saíram de suas cidades de origem para estudar na UFSM, confirmando Santa Maria como um pólo estudantil no Rio Grande do Sul e no Brasil. Isso torna a UFSM como um fator fundamental na economia da região central.

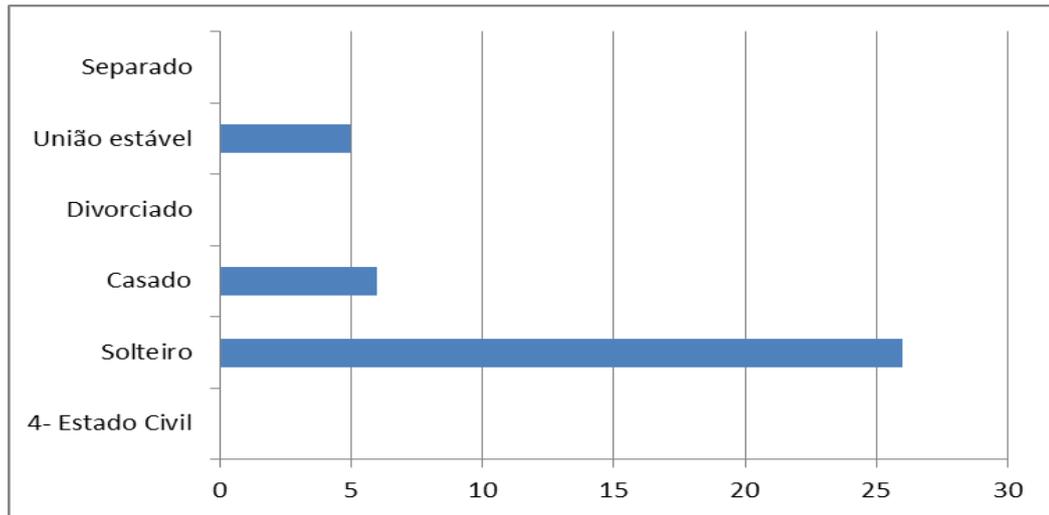
Gráfico 3: Cidade onde nasceu



Fonte: elaboração própria

Na sequência, verificou-se o estado civil dos acadêmicos do curso de Arquivologia da UFSM. Percebe-se que do total dos acadêmicos que responderam ao questionário, a maioria é solteira e uma pequena parcela é casada ou possui união estável (Gráfico 4).

Gráfico 4: Estado civil



Fonte: elaboração própria

A Tabela 3 resume o questionamento de como os acadêmicos tomaram conhecimento do curso de Arquivologia.

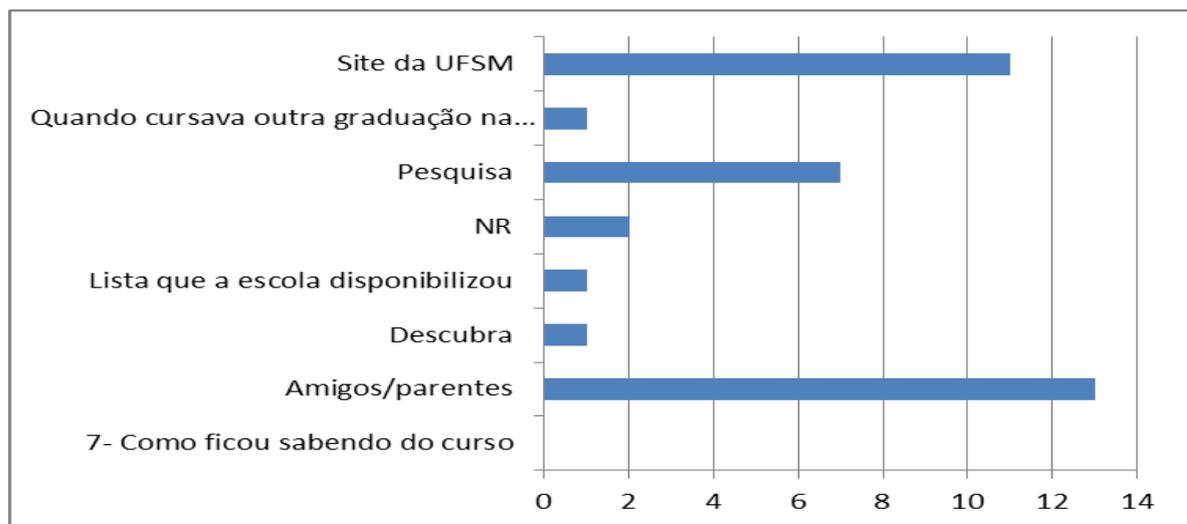
Tabela 3: Como ficaram sabendo do curso

Como ficou sabendo do curso	Indivíduos	Percentual
Amigos/ parentes	14	37%
Descubra	1	3%
Lista na escola	1	3%
Não respondeu (NR)	2	5%
Pesquisa	7	19%
Quando cursava outro curso	1	3%
Site UFSM	11	30%
Total	37	100%

Fonte: elaboração própria

Os resultados tabulados demonstram que 37% dos respondentes ficaram sabendo do curso de Arquivologia por meio de parente e amigos. Em segundo lugar, com 30 %, por meio do *site* da UFSM. 19% dos respondentes informaram que tomaram conhecimento da existência do curso de Arquivologia através de pesquisas, que não sendo possível precisar de que tipo. As demais respostas ficaram nos 3%. O Gráfico 5 aponta essa variação.

Gráfico 5: Como ficou sabendo do curso



Fonte: elaboração própria

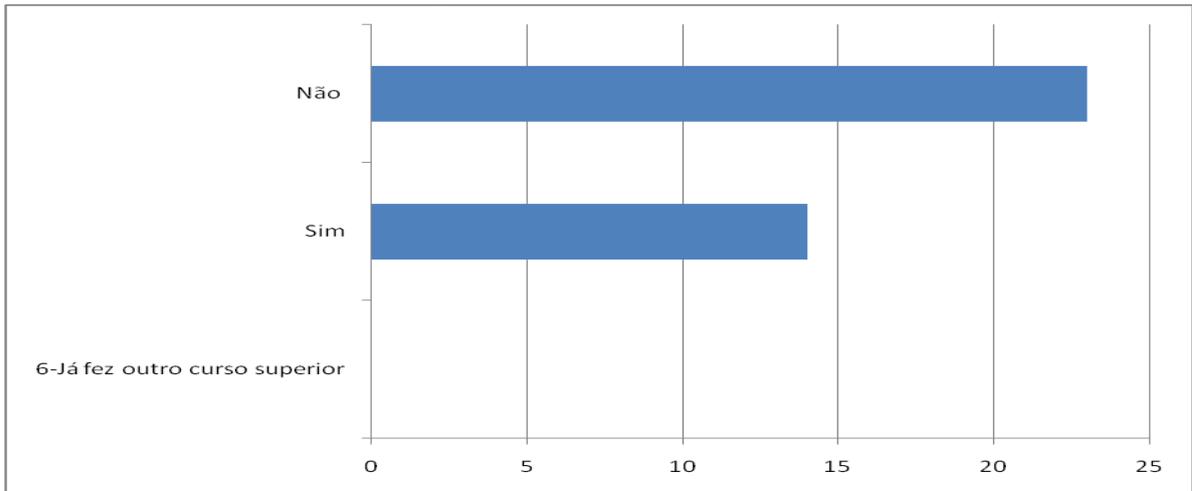
Também foi perguntado se os acadêmicos já haviam cursado outra graduação. Suas respostas podem ser observadas na Tabela 4.

Tabela 4: Já fez outro curso superior

Já fez outro curso superior?	Indivíduos	Percentual
Sim	12	33%
Não	25	67%
Total	37	100%

Fonte: elaboração própria

O resultado apontou que 67% não realizaram outro curso superior. Os que já haviam cursado representam 33%. Percebe-se que os motivos que levaram à procura da Arquivologia pode estar pautada nas oportunidades que o mercado de trabalho vem apresentando. Outro fator que acredita-se existir é o fato de não terem se realizado profissionalmente e pessoalmente na área escolhida como primeira opção, levando, dessa forma, a procurarem outro curso superior (Gráfico 6).

Gráfico 6: Já fez outro curso superior

Fonte: elaboração própria

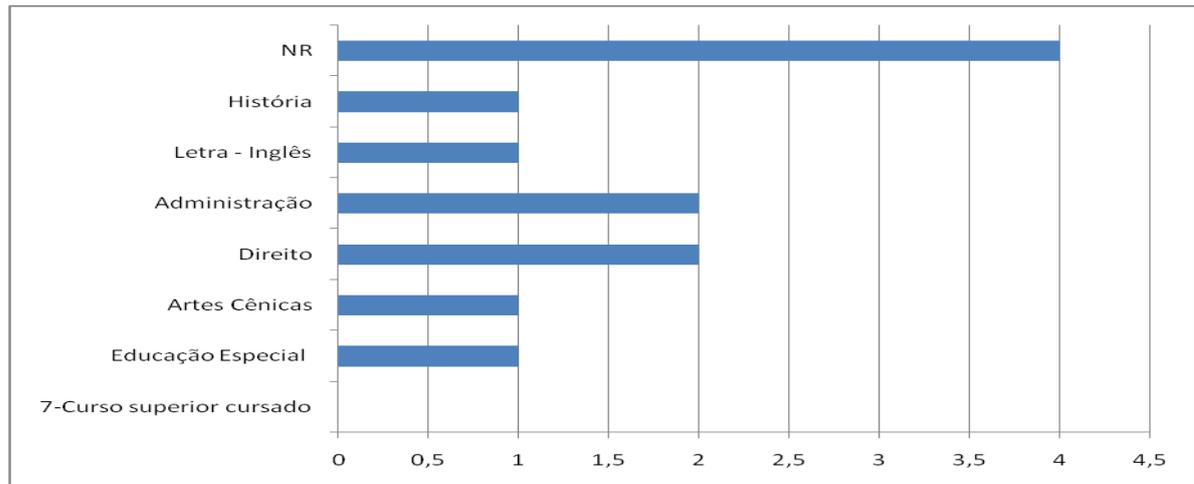
Quanto a primeira opção dos acadêmicos que já possuem Ensino Superior, verificou-se os seguintes resultados mostrados na Tabela 5.

Tabela 5: Curso superior cursado

Curso superior cursado	Indivíduos
Administração	2
Artes Cênicas	1
Direito	2
Educação Especial	1
História	1
Letras-Inglês	1
Não respondeu (NR)	4
Total	12

Fonte: elaboração própria

Conforme se observa, 33% dos acadêmicos já cursaram algum curso superior em diferentes áreas do conhecimento. Dessa forma, temos dois acadêmicos formados em Administração e Direito. Os demais cursos são Artes Cênicas, Educação Especial, História e Letras-Inglês e 4 acadêmicos não informaram em que curso são formados, conforme visto no Gráfico 7 abaixo.

Gráfico 7: Curso superior cursado

Fonte: elaboração própria

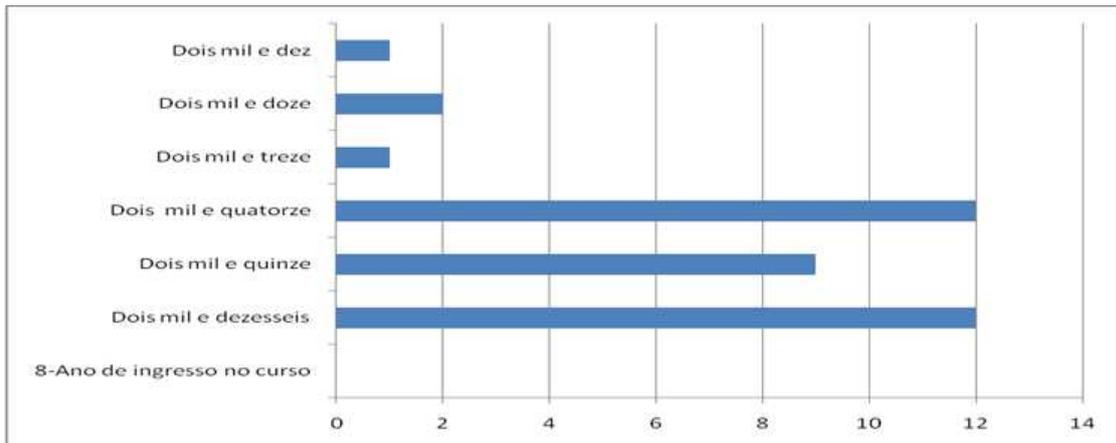
Na sequência, os acadêmicos responderam sobre o ano de ingresso no curso de Arquivologia, como informa a Tabela 6.

Tabela 6: Ano de ingresso no curso de Arquivologia/UFSM

Ano de ingresso no curso	População	Percentual
2010	1	3%
2012	2	5%
2013	1	3%
2014	12	32%
2015	9	25%
2016	12	32%
Total	37	100%

Fonte: elaboração própria

Observou-se que o maior percentual dos acadêmicos que responderam ao questionário foram os ingressantes em 2014 e 2016 que corresponde a 32%, na sequência 2015 com 25%, os demais ficaram em 3% (2010 e 2013) e 2012 com 5%. Vejamos no Gráfico 8 os dados.

Gráfico 8: Ano de ingresso no curso

Fonte: elaboração própria

Indagados sobre a disciplina ou área que mais atraiu no curso, os respondentes apontaram o que apresenta a Tabela 7.

Tabela 7: Disciplina ou área que mais atraiu no curso.

Disciplina ou área que mais atraiu no curso	Indivíduos	Percentual
Área patrimonial	1	3%
Arquivística aplicada	1	3%
Arquivos médicos	1	3%
Avaliação de documentos	1	3%
Diplomática	3	8%
Documentos digitais	2	5%
Fundamentos da arquivologia	2	5%
Gestão eletrônica de documentos (GED)	2	5%
História	4	11%
Informação e linguagens	1	3%
Introdução à comunicação	1	3%
Nenhuma	1	3%
Paleografia	4	11%
Restauração/conservação	12	31%
Todas	1	3%
Total	37	100%

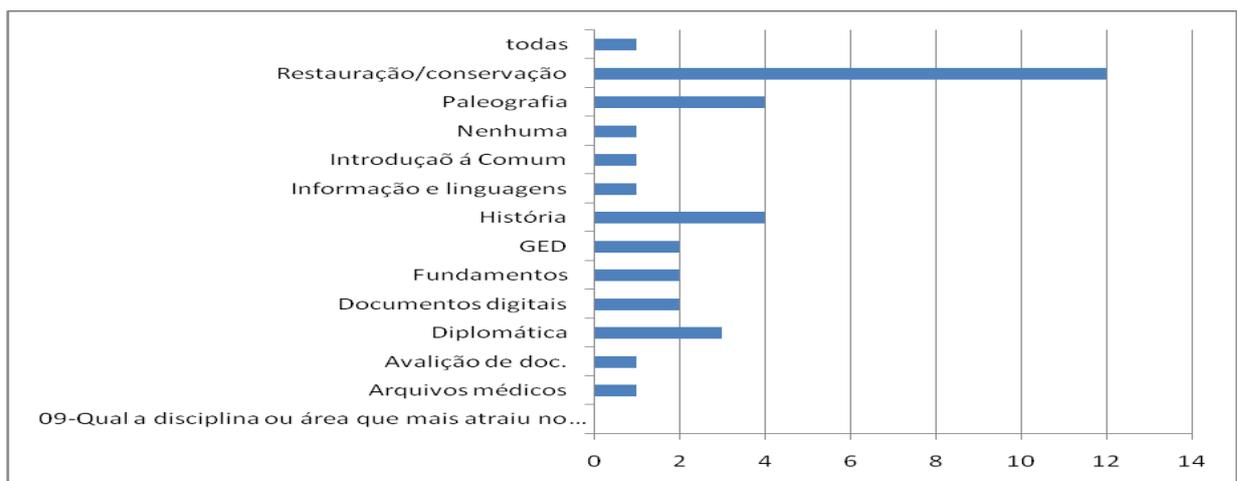
Fonte: elaboração própria

Quanto à área ou disciplina que mais atraiu no curso, 31% dizem Restauração/Conservação, 11% para Paleografia e História, 5% se sentiram atraídos por documentos digitais, Gestão Eletrônica de Documentos e Fundamentos da Arquivologia e Avaliação de Documentos, Introdução à Comunicação, Informação e Linguagens, nenhuma, todas, Arquivística e Área Patrimonial somam 3%.

Agrupando essas disciplinas em três grupos, no primeiro estão as disciplinas básicas da Arquivologia (Arquivística Aplicada, Avaliação de Documentos, Linguagens e Fundamentos da Arquivologia); no segundo grupo seria as disciplinas da área digital (GED, Diplomática e Documentos Digitais) e no terceiro grupo seria área de Restauração e Conservação.

Analisando os dados, percebe-se que os acadêmicos não se sentem muito atraídos pelas disciplinas do primeiro grupo, talvez por serem mais teóricas, três destas são do primeiro e segundo semestre do curso, onde o aluno ainda está se ambientando. O segundo grupo elencado era formado pelas disciplinas da área digital, porém a área que desperta maior interesse é a área de conservação e restauração. Essas disciplinas são teóricas e práticas, onde o aluno tem contato com o “fazer” arquivístico. Compreende-se que, mesmo com a tecnologia tendo grande atrativo, a *internet* presente no cotidiano das pessoas e a necessidade da gestão de documentos digitais por parte dos arquivistas, percebe-se que o interesse maior ainda é por disciplinas cujo foco é o documento (papel), como demonstra o Gráfico 9.

Gráfico 9: Disciplina ou área que mais atraiu no curso.



Fonte: elaboração própria

Essa primeira parte foi uma análise, como já foi dito, para um conhecimento prévio dos respondentes. Na segunda parte da análise estão questões referentes ao Patrimônio Cultural.

5.1 Patrimônio Cultural: o entendimento dos acadêmicos

Com o objetivo de identificar o entendimento sobre Patrimônio Cultural por parte dos acadêmicos do curso de Arquivologia, os mesmos responderam a seis questões, cujas mesmas e seus resultados são apresentados na Tabela 8.

Tabela 8: O que você entende por Patrimônio

O que você entende por Patrimônio Cultural?
1 - É um patrimônio que não necessariamente está disposto em forma material. É algo que é comum à um grupo de pessoas, um costume, que acaba se tornando patrimônio.
2 - 'Monumentos' que refletem nossa cultura
3- Conjunto de bens e manifestações populares, sua história e memória
4- - Patrimônio cultural é tudo o que representa de certa forma uma pessoa ou uma comunidade, seja ele material como edifícios tombados, obras de arte, como imaterial festas, a água, religiosidade entre outros
5 - Entende-se Patrimônio Cultural, como um ou conjunto de documentos textuais ou iconográficos, objetos, que possam ser de interesse para outras pessoas, como forma de agregar conhecimento ou como uma identidade para as pessoas.
6 - Algo que tem valor histórico, importante para a história da cidade ou lugar.
7 - O Patrimônio Cultural é o patrimônio (tanto material quanto imaterial) como herança de um povo. São os registros que permanecem e que tendem contar a história de um local, um tempo e uma sociedade. É o resultado da construção da nossa identidade.
8 - É um conjunto de todos os bens e tudo aquilo que uma geração considera que deve ser deixado para o futuro.
9 - Patrimônio cultural é aquilo que se torna importante para um grupo ou comunidade por seu valor histórico, cultural, social.
10 - Patrimônio cultural é um conjunto de bens, sejam eles materiais, imateriais ou até naturais, referentes à identidade e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade. Com significados e importância relevantes na cultura de um grupo de pessoas, significância essa que vem sendo construída ao longo de sua história.
11- São bens materiais: obras, documentos e bens imateriais: conjunto que forma a memória, identidade da sociedade brasileira e manifestações culturais.
12 - Bem valioso que deve ser preservado, pois remete a história e costumes de um povo.
13- Lugares, obras, construções, livros que contam ou presenciaram a história de algo importante que tenha acontecido no passado.
14 - Todo e qualquer objeto que nos remete a tempos passados e que possua valor histórico
15 - Algo que tenha valor considerável para constituição cultural e histórica de quem produziu.
16 - Imagino que patrimônio cultural pode ser entendido como um patrimônio intangível e procura situar a cultura de uma sociedade enquanto bem imaterial.
17 - São bens, culturas, tradições deixadas pela humanidade e que hoje são preservados

pela nossa geração.
18 - Entendo como um conjunto de bens, manifestações populacional que traz a cultura, alguma tradições muito importante para a historicidade.
19 - É uma herança que recebemos de nossos antepassados, cujo objetivo é assegurar que se conheça o passado e garanta aos nossos sucessores que também tenham acesso a essas informações e conhecimentos.
20 - E a conservação de alguma coisa que marcou um acontecimento no passado e que hoje e importante para a sociedade
21 - É aquilo que participa da formação da cultura de um povo, que vem do passado e que conta a história de um tempo.
22 - Memória da nossa história.
23 - Bens materiais ou imateriais que perecem a uma determinada cultura, portanto são preservados, à princípio, eternamente.
24 - A respeito de cultura
25 - Estrutura (algo tangível) que tem grande valor histórico ou artístico para uma comunidade e que deve ser muito bem guardada, pois reflete a identidade dessa comunidade.
26 - O Patrimônio compreende lugares, objetos, manifestações culturais diversas e documentos, por serem provenientes de nossos ancestrais, do lugar onde vivemos por terem importância social, cultural, econômica, científica e também por serem exemplos insubstituíveis de fonte de pesquisa. É nosso ponto de referencia, nossa identidade, que só sobrevive graças a esforços especiais para protegê-lo.
27 - Tudo aquilo que se refere a cultura de um povo
28 - É o conjunto de bens materiais e/ou imateriais que, contam a história de um povo através de seus costumes, comidas típicas, religiões, lendas, cantos, danças, linguagem, superstições, rituais, festas.
29 - É algo que represente a cultura de um povo
30 - Algo que é de todos
31- Não sei.
32 - É o conjunto de todos os bens, manifestações populares, cultos, tradições tanto materiais quanto imateriais (intangíveis), que reconhecidos de acordo com sua ancestralidade, importância histórica.
33 - Conjuntos de bens.
34 - Algo que expressa a história.
35- Algo que seja considerado de preservação para a cultura.
36 - Entendo que Patrimônio é um BEM que deve ser valorizado pelo seu caráter histórico, ou pelo nível de importância para o local. E que deve ser preservado. O patrimônio Cultural está ligado a Cultura, que caracteriza os traços daquele povo em questão.
37 - Patrimônio cultural no meu entendimento são lugares, objetos e manifestações culturais diversas que valorizamos por serem provenientes do lugar onde vivemos por terem importância social, cultural, econômica, científica e também por serem exemplos insubstituíveis de fonte de vida e inspiração. É nosso ponto de referencia, nossa identidade, que só sobrevive graças a esforços especiais para protegê-lo.

Fonte: elaboração própria

Analisando as respostas, percebe-se que, de forma geral, os respondentes possuem um entendimento sobre Patrimônio Cultural. Apenas um aluno não soube explicitar sua compreensão. Alguns a fizeram de forma mais sucinta, enquanto outros, por já terem debatido em sala de aula, dissertaram com mais propriedade. Exceto por duas cópias da *internet*, o

restante possui entendimento sobre o tema. Entretanto, poucos citaram os documentos como parte do Patrimônio Cultural, cujas definições ainda estão pautadas na “pedra e cal”.

Como já foi discutido no tópico sobre Patrimônio, o mesmo pode ser compreendido de forma simples como um conjunto de bens materiais e imateriais, “pertencentes a um indivíduo e abastecido de algum valor, seja ele econômico ou sentimental”. Conforme Marta Leão (2009, p. 08) essa “valoração passa a ter algum significado a partir da legitimidade conferida pelo universo social que cerca o patrimônio, ou seja, é o valor atribuído ao patrimônio que irá caracterizá-lo como sendo um bem cultural ou não”.

O uso de termos como “representação”, “expressão” “representação histórica”, “contam a história”, “pertencimento”, “valor”, “identidade” e “herança” permitem-nos analisar o uso dessas palavras a partir do pensamento de Harvey (1992, p. 85), pois nos remetem a ideia que

[...] o impulso de preservar o passado é parte do impulso de preservar o eu. Sem saber onde estivemos, é difícil saber para onde estamos indo. O passado é o fundamento da identidade individual e coletiva; objetos do passado são a fonte da significação como símbolos culturais. A continuidade entre passado e presente cria um sentido de seqüência para o caos aleatório e, como a mudança é inevitável, um sistema estável de sentidos organizados nos permite lidar com a inovação e a decadência. O impulso nostálgico é um importante agente do ajuste à crise, é o seu emoliente social, reforçando a identidade nacional quando a confiança se enfraquece ou é ameaçada [...]

Portanto, o Patrimônio Cultural é

[...] uma construção social, porque para que determinados elementos se constituam como patrimônio têm de ser resgatados de um corpus cultural mais ou menos difuso e sujeitos a uma engenharia social que lhes confere valor e significado. A conversão de objetos e fenômenos culturais em patrimônio não é espontânea nem natural. Nem sequer é um fenômeno cultural universal. O patrimônio constrói-se [...] "ativa-se". O que quer dizer que toda a operação de construção ou ativação patrimonial comporta em si mesma um propósito ou uma finalidade. Existe uma dimensão utilitária inerente a todo o processo de construção patrimonial. [...] Sendo uma idealização construída por uma sociedade sobre quais são os seus próprios valores culturais, o patrimônio serve, antes de mais nada, a fins de identificação coletiva, veiculando uma consciência e um sentimento de grupo, para os próprios e para os demais, erigindo, nesse processo, fronteiras diferenciadoras que permitem manter e preservar a identidade coletiva.” (LEÃO, 2009 apud PRATS, 2003, p. 09).

Sendo assim, o patrimônio está fundamentado no processo de identificação coletiva, onde a fusão simbólica entre passado e presente se dá a partir da troca de elementos sociais, culturais, psicológicos e ideológicos dos grupos nos quais são significativos para a formação da sua identidade (LEÃO, 2009).

Ao se moldar ao presente, o patrimônio expressa a tentativa de recriar o passado, tanto que os acadêmicos usaram esse termo para o definir com o intuito de reinventar o seu significado e valor. Para Leão (2009, p. 11) “esta resignificação permite aplicar uma nova forma de uso a este patrimônio que, por sua vez, adota uma nova função social”.

Ao representarem a sua memória individual ou coletiva, o patrimônio passa a ser resposta da percepção que o sujeito expressa a partir do meio e do contexto em que está inserido. Dessa forma, a resposta para questão “O que você entende por Patrimônio Cultural?” e “Você poderia citar um exemplo de Patrimônio Cultural?” dialogam com essa ideia, pois citam um exemplo o mesmo pode ser carregado de memórias tanto individuais como coletivas. Vejamos na Tabela 9 os exemplos de Patrimônio Cultural, elencados pelos acadêmicos.

Tabela 9: Exemplos de Patrimônio Cultural

Você saberia citar um exemplo de patrimônio cultural?	Número de vezes que foi citado como exemplo.
Acarajé	1
Arquivo Histórico de Santa Maria	1
Arquivo Nacional	2
Capoeira	2
Carnaval	1
Casa antiga	1
Casa do Mariano da Rocha	1
Catedral Diocesana de Santa Maria	1
Centro de Tradições Gaúchas - CTG	1
Churrasco	1
Cidade de Brasília	1
Coleções arqueológicas	1
Cristo Redentor	1
Danças típicas	1
Documentos de acervo pessoal	3
Fotografias	1
Igreja antiga	2
Memorial	1
Monumento	4

Museu	1
Pelourinho	1
Pirâmides do Egito	1
Prontuário do paciente	1
Ruínas de São Miguel	1
Soteia	1
Theatro Treze de Maio	1
Torre Eiffel	1
UFSM	1
Vila Belga	1

Fonte: elaboração própria

Percebe-se que, entre os exemplos citados, temos bens materiais e imateriais locais, regionais, nacionais e internacionais, mesmo que muitos elementos considerados Patrimônios Culturais não sejam de fato. Fica claro que ao citarem uma referência de Patrimônio Cultural, os acadêmicos se reportaram para algo que represente a identidade. Na questão local, o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, casa do Mariano da Rocha (fundador da UFSM), Catedral Diocesana de Santa Maria, a Soteia, Theatro Treze de Maio, a Vila Belga e a Universidade Federal de Santa Maria são sete exemplos que, se fossemos analisar cada um, poderiam contar parte da história de Santa Maria.

Na questão regional, ficam fortemente imbricado a identidade, o Centro de Tradições Gaúchas (CTG), churrasco e as Ruínas de São Miguel. Os dois primeiros são a “identificação” do Estado do Rio Grande do Sul, e o terceiro é um dos patrimônios culturais da humanidade. O acarajé e o Pelourinho são exemplos de Patrimônios Culturais citados pelos acadêmicos. Isto deve ter ocorrido em função da divulgação, através da mídia televisiva, de patrimônios regionais, neste caso o baiano. No que se refere ao Patrimônio nacional temos o Arquivo Nacional por fazer parte da identidade dos arquivistas, e por ser referenciado por professores do Curso de Arquivologia da UFSM. Porém, pode-se observar que o mesmo não ocorre com o arquivo público do Estado do Rio Grande do Sul que é um local, que guarda parte da história Rio do Rio Grande do Sul e é conhecido por quase todos os acadêmicos. Também é citado o Cristo Redentor, que é classificado como uma das sete maravilhas do mundo moderno e um cartão postal da cidade do Rio de Janeiro. A capoeira, foi um exemplo de patrimônio imaterial citado por ser um dos representantes culturais da cultura afro no Brasil.

No que tange ao Patrimônio internacional, destacou-se a Torre Eiffel e as Pirâmides do Egito, aqui entrando também o turístico. Os demais exemplos não são específicos, mas também são patrimônios culturais, sendo interessante perceber que em relação aos documentos só foram citados os prontuários de pacientes e documentos de acervos pessoais, como as fotografias. Constata-se uma ausência do reconhecimento dos documentos dos arquivos permanentes como Patrimônio Cultural.

Seguindo na linha do Patrimônio Cultural, questionamos os respondentes se os mesmos acreditam que os documentos que se encontram em arquivos permanentes possam ser considerados “patrimônio documental e por quê?”. Os mesmos tinham que justificar as respostas, vistas na Tabela 10.

Tabela 10: Você acredita que os documentos que se encontram em arquivos permanentes possam ser considerados "patrimônio documental"? Por quê? Justifique sua resposta.

1- Não saberia diferenciar patrimônio documental de patrimônio cultural, com base no que aprendi até agora.
2- Sim, porque podem conter processos que foram/são importante para nós como sociedade, cidade, estado, etc.
3- Porque são históricos e provas de um passado vivido
4- Sim, além do seu valor histórico, os documentos permanentes possuem valor probatório, representam vida de uma instituição, pessoa ou comunidade.
5- Sim, pois são de interesse para a pesquisa, e de alguma maneira podem contar um fato ou resgatar parte da história do local onde se encontram.
6- Sim, pois o documento é tratado como prova.
7- Com certeza. Porque assim como nosso patrimônio arquitetônico, também são atestados de nossa existência. São os registros dos nossos atos, cotidiano, seja numa empresa ou de um acontecimento que ficou marcado para história.
8- Sim, no arquivo existe um controle de todos os documentos de qualquer idade e lá são conservados e preservados todos os documentos e podemos sim considerar patrimônio documental.
9- Com toda a certeza, pois se podemos encaixá-lo no contexto de importância para algum grupo de pessoas ou comunidade, ou ainda em um contexto específico como uma empresa, ele pode sim ser considerado patrimônio documental.
10- Sim, pois através da documentação permanente podemos manter viva a memória.
11- Não, devemos considerar patrimônio documental somente os de valor histórico
12- Sim, pois os documentos mais do que nada remetem de forma direta a história de um povo
13- sim, porque eles contem registros de acontecimentos do passado.
14- Sim. Pois possuem valor de testemunho e de prova.
15- Acredito que sim. Pelo pouco que já entendo, para estar no arquivo permanente já passaram pela avaliação, então, constituem parte da história de quem produziu.
16- Acredito que eles poderiam ser considerados como patrimônio documental pelo fato de conterem informações relevantes para a memória de uma sociedade, considerando que, para

chegarem ao arquivo permanente, passaram por uma avaliação rigorosa em termos de valor.
17- Sim, pois estes documentos tem um caráter histórico.
18- Sim, pois cada documento possui uma determinada informação que em um acervo em sua fase permanente podem despertar a curiosidade de algum pesquisador em busca de uma obra, que se contida dentro deste patrimônio documental, com a liberação de acesso pode servir como um saber a mais a quem os procura.
19- Sim, porque esses documentos podem vir a servir de prova quando necessário e podem, também, justificar costumes e trazer novas informações sobre determinado assunto.
20- Sim, se não seriam preservados.
21- Sim, porque seus registros contam a história de um povo e suas relações.
22- Sim, os arquivos judiciais contam a história de uma comunidade e necessitam ser conservados.
23- Sim, pois documentos contém informações que podem remeter à história de uma cultura, portanto podem ser considerados patrimônio cultural também.
24- sim porque serviram para outros verem.
25- Sim, pois se encaixam na visão superficial que eu tenho de patrimônio, tem valor histórico para uma comunidade.
26- Sim. Pois podem servir como fonte de pesquisa por serem considerados de caráter histórico. São compostos por todos os documentos que, tendo perdido a sua utilidade administrativa, pelo seu valor probatório, informativo, histórico e de investigação não podem ser destruídos, sendo pois de conservação permanente.
27- Sim, pois através dele temos acesso ao contexto de determinada comunidade, etc.
28- Lógico! Como acadêmica e futura arquivista, com a base nas teorias discutidas ao longo do curso de Arquivologia da UFSM, tenho claro que os documentos pertencentes ao arquivo permanente são de suma importância, visto que revelam a memória de uma pessoa, cidade, estado ou até mesmo uma nação.
29- Sim, pois representam a cultura de um povo.
30- Sim, quando são parte importante da história.
31- Porque conta história o que aconteceu com a pessoa.
32- Sim, devido a sua importância.
33- Sim, pois eles tem valor de testemunho, histórico-cultural.
34- Sim, pois é no documento que está registrado a história.
35- Sim, pois os documentos de cunho permanente guardam informações valiosas sobre a sociedade e também servem de inúmeras pesquisas para os usuários, e também servem de prova e são o testemunho de acontecimentos históricos.
36- Sim!!! Os documentos em arquivo permanente pode ser considerado, como um patrimônio Documental, porque pode acrescentar muito para história de uma localidade, familiar, ou da cidade. Servem como fonte de pesquisa, e dessa maneira podem ser explorado contribuindo para que possíveis teses novas, e possam ser mais conhecida, e detalhada!

Fonte: elaboração própria

Analisando todas as respostas, percebe-se que apenas um respondente não soube opinar sobre esse questionamento Isso pode ser justificado, porque alguns respondentes são acadêmicos que estão no início do curso e ainda não tiveram essa discussão em sala de aula. Tivemos um outro acadêmico que acredita que “não, apenas os documentos históricos devem ser considerados como patrimônio documental”. Aqui, deve ter ocorrido um equívoco por

parte do mesmo, pois os documentos históricos são os permanentes. Portanto, percebe-se o desconhecimento do acadêmico em relação a documento e a arquivo. No restante das 35 respostas fica claro que os acadêmicos acreditam que os documentos permanentes podem ser considerados como um Patrimônio Documental.

Importante salientar que está subentendido o conhecimento adquirido ao longo do curso para alguns. A clareza da compreensão de pontos importantes da arquivologia, como a avaliação, que vai permitir que o documento seja eliminado ou não, devido ao seu valor histórico ou de prova. Também, percebemos o entendimento que esses documentos permanentes podem ser úteis para a pesquisa, para “contar” sobre pessoas, lugares, ou até mesmo sobre uma instituição.

Questionamos os acadêmicos se durante o Curso de Arquivologia (UFSM) alguma disciplina desenvolveu a temática sobre Patrimônio Cultural, e, caso a resposta fosse sim, em qual disciplina. Dessa forma tivemos 23 sim e 14 não, apontando que esse tema é desenvolvido em sala de aula.

Conjuntamente com a questão anterior, os acadêmicos teriam que citar qual a disciplina que desenvolveu esse tema em sala de aula, vista na Tabela 11.

Tabela 11: Disciplina que desenvolveu a temática sobre Patrimônio Cultural

Disciplina que desenvolveu a temática sobre Patrimônio Cultural	Número de vezes que foi citada.
Conservação preventiva de documentos	14
Disciplinas de história	2
Preservação Digital	1
Bases da Gestão eletrônica GED	1
Arranjo e Descrição de documento	2
Fundamentos da Arquivística	1
Informação e Linguagem documentária	1
Nenhuma disciplina	13
Referência e Difusão	1
Não lembra	1

Fonte: elaboração própria

Os dados apontam que temos sete disciplinas que abordaram o tema patrimônio cultural, sendo elas: Conservação Preventiva de documentos, as disciplinas de História,

Preservação Digital, GED, Arranjo e Descrição, Fundamentos da Arquivística, Informação e Linguagem Documentária e Referência e Difusão. A mais citada entre os respondentes foi Conservação Preventiva de Documentos.

Percebemos, também, que alguns apontaram que nenhuma disciplina abordou esse tema. Os acadêmicos relataram que mesmo onde foi discutido em sala de aula, foi de forma superficial. Compreendemos, pois, que o tema não é o principal objetivo de nenhuma dessas disciplinas, apontando a preocupação por parte de alguns professores que já incluíram em suas reflexões em sala de aula.

No sentido de criarmos uma discussão consistente sobre a temática, questionamos os acadêmicos se deveria ter uma disciplina ou Grupo de Pesquisa para discutir a temática Patrimônio Cultural, onde 35 responderam sim (95%) e 2 disseram não considerar importante (5%). Desta forma, percebe-se que os acadêmicos consideram relevante a importância de ter uma disciplina ou grupo de estudo sobre essa temática.

6 CONCLUSÃO

Ao propor essa temática para o Trabalho de Conclusão almejamos investigar qual o entendimento de Patrimônio Cultural por parte dos acadêmicos do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Além disto, procurou-se contextualizar o percurso do conceito de Patrimônio Cultural no Brasil e identificar se ocorre diálogo entre a Arquivologia e Patrimônio Cultural no Curso de Arquivologia/UFSM.

Ao concluir esta investigação, percebeu-se que os objetivos foram atingidos em sua plenitude. Inicialmente, com o auxílio de materiais bibliográficos, foi realizada uma retomada histórica referente ao temo patrimônio cultural. Para tanto, foi realizado um levantamento nas Constituições brasileiras no período de 1930 a 1988, onde percebeu-se uma evolução no entendimento e definição, por parte dos legisladores, sobre o tema.

Por meio da aplicação de um questionário foi possível perceber que os acadêmicos do curso de Arquivologia da UFSM possuem um certo entendimento sobre Patrimônio Cultural. Porém, alguns ainda estão pautado na “pedra e cal”.

Pode constatar-se que algumas disciplinas trabalham com tema Patrimônio Documental e Cultural, mesmo que não exista no currículo uma disciplina específica com este viés. Sendo assim, almejou-se, com esta investigação contribuir, para que os futuros arquivistas tenham um olhar voltado para questões de Patrimônio Cultural e Documental e memória, além de uma melhor compreensão que os arquivos públicos e privados são guardiões e desta forma responsáveis por preservar, difundir e facilitar a pesquisa e o conhecimento da história e de nossas memórias.

Em tempos em que os arquivos digitais se difundem e ganham mercado, precisamos ampliar nossos horizontes em preservar o Patrimônio arquivístico digital além de conceder acesso às informações a longo prazo, pois os documentos arquivísticos digitais/eletrônicos guardam parte significativa de nossa história. Sendo assim, precisam ser conservados e preservados principalmente pelos arquivistas.

Através desse contexto, percebeu-se a necessidade de trabalhos de conscientização das lideranças políticas e da população em geral da importância dos nossos arquivos para a memória e para a preservação do Patrimônio Cultural e Documental.

Sugere-se que seja criado, no Curso de Arquivologia da UFSM, alguma disciplina complementar que discuta o tema Patrimônio Cultural e Documental. Esta disciplina deve ter como mote a preocupação, não só com documentos arquivísticos analógicos, mas também

com os documentos produzidos em meio digital, pois estes também compõem o Patrimônio Documental.

Ainda muito pouco se escreveu sobre o tema, e nós, arquivistas, responsáveis pelo gerenciamento dos documentos, temos o dever de nos colocarmos em defesa do “fazer arquivístico” e mostrar para a sociedade da importância desta profissão. Que aproximemos os acadêmicos da realidade para que tenham maior compreensão referente do Patrimônio Documental, memória e identidade no âmbito local regional e nacional.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

BARICHELO, Eugenia M. da Rocha. **Os 50 anos da Nova Universidade**. Santa Maria, RS: Ed. Da UFSM, 2012.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos para a administração e para a história. In: **Arquivo: estudos e reflexões**. In: Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

_____, Heloísa Liberalli. Arquivos e sociedade: Políticas e ações voltadas para a cultura e para a educação. In: **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BRASIL, **Legislação sobre patrimônio cultural**. 2 Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

BRASIL. **Constituição (1934)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 21 março de 2017.

_____. **Constituição (1937)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 10 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 24 março de 2017.

_____. **Constituição (1946)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 18 de setembro de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 24 março de 2017.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 de abril de 2017.

CARTA DE ATENAS. **Congresso Internacional de Arquitetura Moderna- CIAM, 1933**. Disponível: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acesso em: 30 março de 2017.

CASTANHO, Denise Molon; GARCIA, Olga Maria Correa; SILVA, Rosani Beatriz Pivetta da. **Arranjo e descrição de documentos arquivísticos**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2006.

CASTANHO, Denise Molon; RICHTER, Eneida Izabel Schirmer; GARCIA, Olga Maria Correa. **Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria: 25 anos de história 1977-2002**. Santa Maria: UFSM, Centro de Ciências Sociais e Humanas, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Lisboa: DIFEL, 2002.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DUCHEIN Michel. **O Respeito aos Fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos**. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, p.14-33, abr. 1982.

Emenda Constitucional de 1969. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 30 de outubro de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm Acesso em: 07 de abril de 2017.

FONSECA, Alice Registro. **Definindo o valor histórico: uma reflexão sobre patrimônio**. In: Revista: Horizonte Científico, Vol. 02, Nº 2, 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 1997.

FUNARI; Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. – São Paulo: Atlas, 1999.

HARVEY, David. **A condição pós- moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

ICOMOS, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Declaração do México. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf> Acesso em: 07 de abril de 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. – Editora Qualitymark, Rio de Janeiro 2007.

LEÃO, Marina Soares. **A representação social do patrimônio cultural para a formação do sentimento de pertença do sujeito social**. Monografia de Especialização em Gestão do Território e do Patrimônio Cultural do Curso Euro-Brasileiro de Pós-graduação em Gestão do Território e do Patrimônio Cultural da Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares 2009. Disponível em: <http://www.pergamum.univale.br/pergamum/tcc/Arepresentacaosocialdopatrimonioculturalpaaraformacaodosentimentodepertencadosujeitosocial.pdf> Acesso em: 07 de abril de 2017.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. Editora Brasiliense, São Paulo. Coleção Primeiros Passos – 1981.

OLIVEIRA, Albano Souza; MELLO, Ricardo Coutinho. Esquecimento e desorganização: um grupo (in)formal de pesquisa. In: SILVA, Rubens R. Gonçalves. **Preservação documental: uma mensagem para o futuro**. Salvador: EDUFBA, 2012.

PINHEIRO, Lena Vania R.; GRANATO, Marcus. Para pensar a interdisciplinaridade na preservação. In: SILVA, Rubens R. Gonçalves. **Preservação documental: uma mensagem para o futuro**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 23 – 40.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória e o esquecimento**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SANTOS JUNIOR, Valdeci dos. **A influência das Cartas Internacionais sobre as Leis Nacionais de Proteção ao Patrimônio Histórico e Pré-Histórico e estratégias de preservação dos Sítios Arqueológicos Brasileiros**. Revista de Humanidades, v. 6, n. 13, dez. 2004/jan. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/282> Acesso em: 07 de abril de 2017.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC. 4. ed. rev. Atual, 2001.

TOUTAIN, Lídia Maria Brandão. Registro da memória social e institucional no lançamento da pedra fundamental do ICI-UFBA. In: SILVA, Rubens R. Gonçalves. **Preservação documental: uma mensagem para o futuro**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 15- 21.

APÊNDICE

ÂPENDICE A

Questionário aplicado nos acadêmicos do curso de Arquivologia/UFSM

Questionário aplicado nos acadêmicos do Curso de Arquivologia/UFSM.

. O presente instrumento coleta dados para a pesquisa: ARQUIVOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA, que tem por objetivo analisar o entendimento de patrimônio cultural e documental pelos acadêmicos do curso de arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria, como parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso, no Curso de Arquivologia – UFSM. Sua contribuição é fundamental para o alcance dos objetivos do estudo. Assegurasse o sigilo total dos dados e privacidade na identificação dos sujeitos da pesquisa. Grata, Tamiris Carvalho.

1- Sexo

()Feminino

()Masculino

2-Faixa Etária

()16 a 20 anos

()20 a 25 anos

()25 a 30 anos

()30 a 35 anos

()35 a 40 anos

()40 a 45 anos

()Acima de 50 anos

3-Cidade onde nasceu

4- Estado civil

()casado ()solteiro ()união estável ()separado ()divorciado

5- Como tomou conhecimento de Curso de Arquivologia

6- Já fez outro curso superior?

() Não () Sim

7- Qual o seu nível de formação? Caso sua resposta seja SIM na questão anterior.

() graduação Qual curso: _____

8- Ano de ingresso no Curso de Arquivologia:

9- Qual a disciplina ou área que mais o atraiu no Curso

SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL E DOCUMENTAL RESPONDA:

10- O que você entende por Patrimônio Cultural?

11- Você saberia citar um exemplo de Patrimônio Cultural?

12- Você acredita que os documentos que se encontram em arquivos permanentes possam ser considerados "Patrimônio Documental"? Por quê? Justifique sua resposta.

13- Durante o Curso de Arquivologia (UFSM), alguma disciplina desenvolveu a temática sobre Patrimônio Cultural? Caso sua resposta seja SIM, responda em qual disciplina.

14- Você acha que o Curso de Arquivologia UFSM, deveria ter uma disciplina ou Grupo de pesquisa para discutir a temática: PATRIMÔNIO CULTURAL.

() SIM

() NÃO